

MULHERES NO FRONT

Ano 1 | julho 2023 | edição 1 | distribuição gratuita

POR QUE FALAR SOBRE O SILENCIAMENTO HISTÓRICO DAS MULHERES?

Estudos sobre gênero redefinem
narrativas tradicionais de poder

GRAVIDEZ NA PRÉ-ADOLESCÊNCIA

Ana Carolina Calixto fala sobre
a experiência de ser mãe aos 12

TRANS DE QUEBRADA

Conheça a artista
plástica Nicole Firmino



**MULHERES
NO FRONT**



sumário

capa

POR QUE FALAR SOBRE O SILENCIAMENTO HISTÓRICO DAS MULHERES? 06

diversidade

LÉSBICA, PERIFÉRICA E REFÊRENCIA NA NOROESTE 14

artigo

POR QUE PRECISAMOS FALAR SOBRE ETARISMO? 16

vivências

VIVÊNCIAS DE UMA GRAVIDEZ NA PRÉ-ADOLESCÊNCIA 18

artigo

SURGIMENTO DOS CLUBES DE MÃES EM PERUS 26

diversidade

TRANS DE QUEBRADA 30

vivências

PROTAGONISMO FEMININO EM PERUS É TEMA DE PESQUISA 36

crença

MULHER DE AXÉ 42

ativismo

ATIVISMO FEMINISTA, PRETO E PERIFÉRICO 46

artigo

PLANO MUSEOLÓGICO DO CENTRO DE MEMÓRIA QUEIXADAS: UMA ABORDAGEM COLETIVA FEMININA 52



quem são as mulheres que estão no front?

Falar sobre mulheres é falar de multiplicidade. Por isso, é fundamental debater e valorizar diferentes experiências e vivências, que vão muito além dos estereótipos tradicionais.

Somos pretas, brancas, trans, lésbicas, gordas, deficientes, idosas, mães, filhas, etc. Com todas as nossas semelhanças e diferenças, cada uma de nós enfrenta diariamente um front com batalhas particulares.

Entre tantos perfis, está o da mulher periférica, que enfrenta desafios relacionados à pobreza, à falta de serviços básicos e infraestrutura, à violência, à maternidade e ao preconceito de gênero e raça, entre outros.

A sobrecarga de tarefas que circunda a mulher periférica a coloca – de forma impositiva – em um lugar solitário. Cada uma de nós traz consigo uma narrativa apagada ou invisibilizada ao longo de sua história.

Apesar de todos os obstáculos, essas mulheres encontram forças para liderarem ações em suas comunidades, criando redes de apoio e solidariedade entre si e inspirando outras mulheres.

Neste contexto, a primeira edição da **Revista Mulheres no Front** traz como tema central a mulher periférica em suas diferentes facetas. Como crias de Perus,

não poderíamos deixar de trazer a mulher periférica para os holofotes, nos tornando protagonistas das nossas próprias histórias.

Debates sobre igualdade de gênero, feminismos, raça, sexualidade, religião e outras questões importantes estão presentes nas páginas desta revista, oferecendo uma ampla gama de perspectivas sobre o que significa ser mulher na sociedade contemporânea.

Ao celebrarmos a mulher periférica, reconhecemos e honramos a sua resiliência, coragem e compromisso com a transformação social. Saudamos a todas as mulheres que nos antecederam, as contemporâneas e, também, as que virão.

Esperamos, do fundo do nosso coração, que gostem. E que essa seja a primeira edição de muitas!

Um grande abraço e boa leitura!

Mulheres no Front

colaboraram nesta edição

Angélica Müller é *pesquisadora em teatro*, atriz, palhaça, educadora, articuladora cultural e graduanda em Artes/Teatro pela Unesp (Universidade Estadual Paulista).

Carla Grião é *museóloga, mestre* pelo IEB/USP (Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade São Paulo), doutoranda em Sociomuseologia pela ULHT (Universidade Lusófona de Lisboa - Portugal), professora e pesquisadora dos Estudos sobre Deficiência.

Erika Barbosa é *graduanda em Biblioteconomia e Ciência da Informação* pela FESP/SP (Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo) e articuladora cultural.

Maria Elizabeth Pedrosa é *mestre em Ciência da Informação* pela ECA/USP (Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo) e coordenadora da Biblioteca Padre José de Anchieta, em Perus.

Michele Sousa é *mestranda em Ciências Humanas e Sociais* na linha de pesquisa História e Memória, Identidade e Interseccionalidade, pela UFABC (Universidade Federal do ABC).

Sheila Moreira é *jornalista* formada pela Unesp (Universidade Estadual Paulista) e pós-graduada em História, Sociedade e Cultura pela PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo).

expediente

EDITORA RESPONSÁVEL
Sheila Moreira

EDITOR DE ARTE
Thiago Consp

ARTE
Fernanda Marques

ILUSTRAÇÕES
Mariana Calle

REVISÃO
Verônica Lima

ADMINISTRATIVO/ FINANCEIRO
Patrícia Barbosa

ACERVO
Rosa Gomes

CONTATO
mulheresnfront1@gmail.com

MULHERES NO FRONT NAS REDES SOCIAIS

📷 mulheres no front _

▶ MulheresnFront

🎧 Mulheres no Front

REALIZAÇÃO

A **Revista Mulheres no Front** é uma publicação não periódica fomentada pelo VAI II/2022 - Programa para Valorização de Iniciativas Culturais do Município de São Paulo.



É proibida a reprodução total ou parcial desta publicação sem prévia autorização. Distribuição gratuita – venda proibida.

DISTRIBUIÇÃO
Mulheres no Front

IMPRESSÃO
Oligráfica Comércio Indústria Gráfica

por que falar sobre o silenciamento histórico das mulheres?

ERRONEAMENTE, AS MULHERES SEMPRE FORAM APONTADAS COMO O “LADO MAIS FRACO DA CORDA” OU O SEXO FRÁGIL. EM UMA SOCIEDADE PATRIARCAL, POSICIONAR A MULHER DESTA FORMA É MANTER OS HOMENS EM SUA ZONA DE CONFORTO. PORÉM, ESSAS NARRATIVAS TRADICIONAIS DE PODER ESTÃO EM PROCESSO DE IMPLOÇÃO E AS MULHERES ESTÃO, A CADA DIA, MOSTRANDO QUE “LUGAR DE MULHER É ONDE ELA QUISER”.

Texto: **Sheila Moreira**

Ilustrações: **Mariana Calle**

Embora as mulheres sempre tenham desempenhado papéis fundamentais na sociedade, suas narrativas passaram – e ainda passam – por um silenciamento histórico. Ao longo dos séculos, a mulher enfrentou discriminação e restrições sociais que limitaram a sua participação em diversas áreas, resultando em um desequilíbrio de representatividade.

Em uma sociedade patriarcal, são as ações masculinas que recebem maior destaque e relevância, além de serem parâmetro de sucesso e realização. Neste contexto, as narrativas femininas foram suprimidas ou distorcidas para se adequarem às perspectivas do patriarcado, que sempre se ocupou da criação de estereótipos femininos nega-

tivos, inclusive controlando as mulheres em relação aos próprios corpos.

Felizmente, nas últimas décadas, o movimento feminista e os estudos de gênero abriram caminho para uma reavaliação crítica da história, dando voz às mulheridades – os diferentes modos de ser mulher – anteriormente negligenciadas. Atualmente, a produção de conhecimento, as discussões sobre novas racionalidades, ou seja, novas maneiras de pensar e se relacionar, bem como outras formas de saber sobre gênero estão redefinindo as narrativas tradicionais de poder.

Desta forma, a discussão sobre outras racionalidades baseadas no



campo da experiência e em movimentos sociais contemporâneos pauta a chamada “crise da modernidade”, ou seja, a crise dos modelos tradicionais de pensamento e de formas de organização social, por exemplo, dos padrões familiares e das funções atribuídas a cada gênero. De acordo com Maria Glória Gohn, socióloga e autora do livro *Novas Teorias dos Movimentos Sociais*, essa “crise” é causada por outras dimensões da realidade social, também produtora de saberes, que vieram à tona por meio, principalmente, da educação não formal.

MULHERES QUE ESTUDAM MULHERES

Em seu trabalho de mestrado pela FFLCH/USP (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo), intitulado *História: emergência de estudos sobre mulheres e gênero na historiografia brasileira recente (1973-2001)*, a pesquisadora Branca Zilberleib traz dados temporais sobre as mulheres como objeto de estudo. A segunda onda do feminismo¹, que aconteceu em 1960 nos Estados Unidos e tinha como reivindicação central a luta pela libertação e pelos direitos da mulher, reverberou no Brasil na década seguinte e abriu portas para que as mulheres entrassem em espaços diferenciados, como as universidades.

Além disso, em 1979, com o decreto da Lei da Anistia, muitos exilados políticos começaram a voltar para o Brasil, entre eles, mulheres militantes ou próximas aos partidos de esquerda que tiveram contato com o feminismo no exterior. Portanto, conforme apontado por Branca Zilberleib, o feminismo de segunda onda esteve bastante relacionado também com os espaços criados por militantes e intelectuais enquanto exiladas.

É nesse contexto que as mulheres se tornam uma força política e adentram as universidades. “A mulher só se torna objeto de pesquisa quando ela mesma começa a fazer pesquisa”, diz a pesquisadora. Ela também destaca que o final dos anos 1980 e início dos 1990 marcam o começo dos estudos sobre cotidiano e subjetividade, sobretudo relacionando mulheres e cidade. Até então, os estudos sobre mulheres eram focados basicamente no mundo do trabalho, mais especificamente nas operárias do setor industrial.

Para Branca Zilberleib, existe uma questão muito profunda que está relacionada ao modo como as mulheres se veem



Branca Zilberleib | Acervo Pessoal

“

A MULHER SÓ SE TORNA
OBJETO DE PESQUISA
QUANDO ELA MESMA
COMEÇA A FAZER PESQUISA,
DIZ BRANCA ZILBERLEIB

socialmente: “Eu queria saber quando e como a mulher passou a ser objeto de estudo, pois tanto silenciamento me gerava um grande incômodo. As historiadoras que se dedicam a esse tema assumem, além do trabalho acadêmico, um compromisso social”, afirma. Ela também conta que na pós-graduação *stricto sensu* que compreende programas de mestrado e doutorado – “sempre tem alguém fazendo oposição” sob o argumento de que o tema tem caráter militante e não científico. “Então, nós, enquanto pesquisadoras, precisamos mostrar a todo tempo que [o que fazemos] é, sim, ciência. Temos metodologia e instrumentos de pesquisa, assim como sistematização de dados, entre outros recursos acadêmicos. Portanto estamos fazendo ciência, sim!”, finaliza a pesquisadora.

ELE É O ABSOLUTO – ELA É O OUTRO

Para a escritora Caroline Criado Perez, autora do livro *Mulheres Invisíveis – O viés dos dados em um mundo projetado para homens*, no contexto que vivemos atualmente, a era da geração de dados, é imprescindível o preenchimento da lacuna de representatividade de gênero. De acordo com ela, os dados contam apenas metade da história, uma vez que são baseados em estatísticas que apresentam vácuos. “Assim, afirmo que, quando projetamos um mundo que deve ser funcional para todos, precisamos que as mulheres sejam incluídas no debate”, aponta a autora em sua obra.

A exclusão da perspectiva feminina acontece em diferentes áreas e perpassa temas bastante recorrentes que afetam vários aspectos da vida das mulheres, como o corpo feminino, a carga de trabalho não remunerado e a violência masculina. Muitas dessas preocupações, ainda vistas como especificamente femininas, nem sempre são levadas em conta pelos homens. “O problema é o significado social que atribuímos a esse corpo e a determinação social que nos leva a não levá-los em consideração”, diz Caroline Perez em seu livro.

ATIVISMO E PROTAGONISMO FEMININO NOS MOVIMENTOS SOCIAIS DE PERUS

As mulheres sempre estiveram presentes e foram muito ativas nos movimentos populares de Perus. Mas, apesar de todo envolvimento e engajamento histórico, principalmente no âmbito da memória coletiva², houve um apagamento da participação feminina nessas ações.

Se antes grande parte das mulheres do bairro tinha a rotina pautada pelo trabalho doméstico, a partir de 1962, com a eclosão da Greve de 7 anos (realizada pelos operários da Fábrica de Cimento Portland Perus, conhecidos como Queixadas), elas viveram uma transformação em suas vidas. Com a greve, passaram a ser “arrimo de família” e, além de trabalharem fora de casa, começaram a se envolver em lutas cotidianas, sobretudo buscando alternativas para a falta de recursos financeiros e de assistencialismo social.

As experiências vividas pelas Mulheres Queixadas – como são chamadas as companheiras dos grevistas – trouxeram algo novo, que talvez elas nunca tivessem experimentado antes: a vivência de sentimentos e acontecimentos que alicerçaram seus

processos de conscientização enquanto agentes políticas. Muitas delas, inclusive, se tornaram lideranças em suas comunidades.

Em Perus, as mulheres sustentaram suas famílias enquanto seus companheiros estavam em greve. Também foram às ruas protestar contra o pó de cimento. Formaram Clubes de Mães, criando uma grande rede politizada de apoio. Estiveram à frente de movimentos ambientalistas. Ajudaram a erguer – com as próprias mãos – o Recanto dos Humildes, uma das áreas de maior densidade demográfica do bairro.

Além de resilientes, determinadas e conscientizadas, as mulheres, como protagonistas sociais, ainda hoje transformam o cotidiano de Perus por meio de diferentes movimentos populares. Sem dúvidas, o ativismo feminino no território é um dos maiores exemplos da continuidade do legado Queixada de União e Firmeza Permanente⁴.



AEI Unicamp/Fundo Mário Carvalho de Jesus

Mulheres iluminam à luz de velas o Sindicato dos Queixadas (1975).

¹ A primeira onda aconteceu entre o final do século XIX e início do XX.

² Memórias referentes a uma comunidade, grupo ou lugar constituídas por meio de memórias individuais.

³ O não cumprimento da legislação trabalhista e o desrespeito aos direitos dos trabalhadores foram os principais motivos da greve iniciada em 14 de maio de 1962 pelos operários da Fábrica de Cimento Portland Perus. Outras informações em <https://cmqueixadas.com.br/>

⁴ Governo de Fernando Collor de Mello, presidente do Brasil de 1990 a 1992 (ano de sua renúncia).

ALICERCE DE CONCRETO: AS MULHERES QUEIXADAS

Mulheres iluminam à luz de velas o Sindicato dos Queixadas, que estava sob intervenção do Estado, para que seus companheiros recebessem os salários retroativos aos sete anos de greve (1975).

Atualmente, há poucos materiais e registros sobre as Mulheres Queixadas. Apenas uma dissertação de mestrado é totalmente voltada para o tema, intitulada *Mulheres em Luta: Uma outra história do movimento "Queixadas" de Perus*, de Maria Madalena Ferreira Alves (2011). O trabalho, além de trazer informações relacionadas a essas mulheres, analisou como elas se enxergavam do ponto de vista social.

Como os seus companheiros, as Mulheres Queixadas também faziam parte da frente de greve. Participavam ativamente de assembleias, piquetes e se articulavam para apoiar umas às outras, criando uma grande rede composta por famílias Queixadas. Em tempos de dificuldades financeiras, elas organizavam mutirões e iam à feira buscar alimentos descartados e passíveis de consumo para compartilhar com outras famílias que também estavam passando por dificuldades.

Com a eclosão da greve, em 1962, as Mulheres Queixadas passaram a trabalhar fora de casa (os principais ofícios desempenhados eram os de diarista e costureira) e as suas filhas assumiram as tarefas do lar, como o cuidado com os irmãos menores e as atividades domésticas. Ao assumirem o lugar de chefes de família, elas viabilizaram a continuidade da paralisação, já que possibilitaram que seus companheiros seguissem articulando os próximos passos da luta sindical.

A pesquisadora Maria Madalena Alves aponta que essas mulheres não eram operárias e tampouco se intitulavam feministas. Elas se reconheciam enquanto donas de casa que, em um momento específico, se viram obrigadas a trabalhar fora e participar de ações em prol do movimento grevista pelo sustento de suas famílias. A autora afirma que "falar delas é divulgar a sua importância e envolvimento, tornando visível a sua participação em uma luta social tão significativa". Para ela, isso é fundamental, já que as mulheres não enxergavam a relevância de seus papéis no contexto de greve. De acordo com a pesquisadora, o "esquecimento" das Mulheres Queixadas tem uma forte ligação com questões sociais de gênero, que por sua

vez estão associadas a uma relação de poder que busca restringir as ações das mulheres aos espaços domésticos, e que menospreza as suas conquistas. Por isso, é necessário um compromisso contínuo em valorizar e divulgar as histórias de mulheres, garantindo que sejam incluídas em currículos escolares, exposições de museus, debates acadêmicos, etc. As Mulheres Queixadas deixaram um legado que, ainda hoje, é fonte de inspiração para diversas lutas do território.

A AUTONOMIA DOS CLUBES DE MÃES

Ligados à Igreja Católica, os Clubes de Mães nasceram no começo nos anos 1960 e eram, no início, espaços onde as mulheres aprendiam atividades manuais como bordado, crochê, tricô, entre outros.

Para vender os artesanatos produzidos, as mães organizavam bazares, e os fundos arrecadados eram revertidos para a manutenção do próprio clube e, também, para a compra de alimentos que eram doados para famílias carentes.

Na década de 1970, já influenciados pelas CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), os Clubes de Mães ganharam novas características e passaram a debater problemas do bairro. Desta forma, as mulheres passaram a participar de ativamente nos movimentos reivindicatórios.

Em Perus, o Clube de Mães marca o reposicionamento (ou o renascimento) das mulheres periféricas. No bairro, o clube passou a atuar como uma organização autônoma, com importante influência sobre o território.

Outras informações sobre os Clubes de Mães estão disponíveis no artigo *O Surgimento dos Clubes de Mães de Perus*, na página 26.

NOSSA CAMINHADA DE CLUBE DE MÃES E ORGANIZAÇÃO DE MOVIMENTO POPULAR

"A GENTE TEM QUE SE REUNIR.
O ENCONTRO FAZ BEM PRA CABEÇA DA GENTE".



O PÓ DE CIMENTO ESMAGA VIDAS

No ano de 1973, as mulheres de Perus organizaram uma passeata contra a poluição causada pelo pó de cimento espalhado pelas chaminés (sem filtros) da Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus (CBCPP). O material – espesso, cinzento e pegajoso – se acumulava nos telhados, nas roupas estendidas no varal e no chão. Além disso, era a principal causa do aumento de casos de problemas respiratórios e alérgicos entre a população.

Neste contexto, as donas de casa do bairro tomaram a decisão de organizar uma passeata, conhecida como *O pó de*

cimento esmaga vidas, realizada em 1973. Na ocasião também foram recolhidas mais de 2 mil assinaturas que, posteriormente, foram enviadas para J.J. Abdalla (proprietário da fábrica) e para as autoridades municipais. O protesto não tinha como objetivo o fechamento da fábrica, apenas a resolução do problema relacionado ao pó de cimento.

De acordo com depoimentos da época, as mulheres tomaram para si a organização do protesto porque elas eram as mais afetadas pelo pó de cimento, já que no ofício de donas de casa eram as responsáveis pela saúde dos filhos e pela limpeza de seus lares. Este foi um dos primeiros movimentos de cunho ambiental do Brasil.



⁵ Verbete disponível na Peruspédia – <https://cmqueixadas.com.br/peruspedia/companhia-brasileira-de-cimento-portland-perus>

⁶ Saiba mais sobre J.J. Abdalla na Peruspédia – <https://cmqueixadas.com.br/peruspedia/jose-joao-abdalla/>

LIXÃO, MAIS UM NÃO!

Em 21 de abril de 2001, um outro protesto ambiental literalmente fechou Perus. Cerca de 2 mil pessoas – entre elas muitas mulheres – protestaram contra a instalação de um aterro sanitário no bairro. Um grande abraço simbólico foi organizado na área onde seria o empreendimento projetado pela empresa Ecolar. A passeata inviabilizou a circulação de automóveis, bloqueando os principais acessos ao bairro.

Ainda em 2001, a Secretaria Estadual do Meio Ambiente indeferiu a exploração, por empresas privadas, sobre os serviços de recolhimento e depósito de resíduos industriais na região. A ideia de instalação de incineradores também foi descontinuada.

Esse movimento – que faz parte da memória coletiva de Perus – foi invisibilizado pela memória oficial, assim como as mulheres que protagonizaram essa luta popular, que se desdobrou na criação do Conselho Popular de Saúde de Perus. Muitas professoras das escolas locais estiveram à frente das manifestações, inclusive pautando a temática em sala de aula e cumprindo um importante trabalho de conscientização junto aos alunos e suas famílias.

TIJOLO COM TIJOLO

No início dos anos de 1990, a então prefeita da cidade de São Paulo, Luiza Erundina, criou condições que favoreciam os mutirões de autoconstrução, o que possibilitou o desenvolvimento do Recanto dos Humildes, em Perus. A ocupação era uma demanda dos movimentos locais por moradia.

Nos mutirões havia uma grande participação de mulheres, que levavam seus filhos para as ocupações e, muitas vezes, encontravam ali a oportunidade de um recomeço em suas vidas. Inclusive, muitas mulheres viram na mudança para o Recanto dos Humildes a chance de botar um ponto final em relacionamentos abusivos. A ocupação também deu abrigo a muitas mulheres migrantes, que buscavam um lugar para fixar residência e criar os seus filhos.

Sendo assim, é possível afirmar que o Recanto dos Humildes foi construído pelas mãos de muitas mulheres invisibilizadas pela memória oficial. Ainda hoje, a construção é uma tarefa geralmente atribuída aos homens. O que quase ninguém conta é que no Recanto dos Humildes houve muita mulher carregando blocos e erguendo paredes. Por esse e outros motivos, é de extrema importância que a população local conheça a história e entenda a importância da atuação das mulheres nos movimentos por moradia do bairro.

Neste contexto, uma coisa fica evidente: o protagonismo das mulheres nos movimentos populares é essencial para a transformação do território. Com muita resiliência, elas enfrentaram adversidades para reivindicar seus direitos, não apenas como cidadãs, mas como líderes que ainda hoje mobilizam e inspiram as suas comunidades. Essas mulheres formam laços inquebráveis, sustentando a base de lutas por moradia, educação, saúde, cultura, etc. Suas vozes ecoam como um coro, lembrando a todos que a força feminina é o alicerce de uma sociedade mais justa e inclusiva.

É possível olhar para o futuro com entusiasmo, pois o protagonismo feminino continuará a crescer e se fortalecer em Perus. Que as memórias permaneçam como um lembrete contínuo de que o poder feminino é inesgotável. •



Mulheres varrem pó de cimento do pátio da escola Brigadeiro Gavião Peixoto, em Perus, na década de 1970.

Arquivo Centro de Memória Queixadas



lésbica, periférica e referência na noroeste

NA INFÂNCIA, CRISTIANE KARKOSKI NÃO ENTENDIA O MOTIVO PELO QUAL NÃO GOSTAVA DE MENINOS DA MESMA FORMA QUE AS MENINAS DE SUA IDADE. SOMENTE NA PRÉ-ADOLESCÊNCIA, QUANDO CONHECEU UMA MENINA LÉSBICA, SE IDENTIFICOU COMO LGBTQIAPN+ E PENSOU: “EU SOU NORMAL!”.

Texto e foto: Angélica Müller



Para Cristiane, é importante reconhecer a coragem das pessoas LGBTQIAPN+ que abriram portas para que as gerações seguintes conquistassem direitos.

Aos 39 anos, Cristiane Karkoski – a Crisão – é uma mulher lésbica e importante referência para a população LGBTQIAPN+ do território Noroeste. Atualmente, trabalha no comércio de confecções e integra o movimento cultural de Perus como percussionista no *Bloco Congo do Embondeiro Queixada*¹. Nascida no bairro do Jaraguá, se mudou para Perus aos cinco anos e, aos 10, passou a morar no Recanto dos Humildes, onde a sua mãe conquistou um lote na década de 1990 por meio do Movimento por Moradia, durante a gestão de Luiza Erundina como prefeita do município de São Paulo.

Foi também aos 10 anos que Crisão conheceu uma menina, também lésbica, e pensou: “Então eu não sou um ET, né? Eu sou normal!”. Ela conta que desde pequena não conseguia entender por qual motivo as meninas, no geral, gostavam de meninos e ela não. Naquela época, era complexo para ela se reconhecer como uma pessoa LGBTQIAPN+.

Aos 13 anos, se relacionou pela primeira vez com uma mulher e descreve como maravilhosa a sensação sentida. “Foi muito bom viver aquilo”, lembra. Depois disso, Cristiane conheceu outras pessoas LGBTQIAPN+, as quais ela nem poderia imaginar. Aquele momento foi muito especial em sua vida, pois se sentiu pertencente a uma comunidade.

TERRITÓRIO & COMUNIDADE LGBTQIAPN+

Sobre seu sentimento de pertencimento em relação ao bairro, Crisã fala que Perus não era acolhedor com as pessoas LGBTQIAPN+. “Quando eu comecei a ir pro centro, eu achava a coisa mais maravilhosa, porque era um lugar que eu me sentia eu mesma. Aquelas boates da República, eu me sentia tão normal ali. Então aquilo pra mim era encantador, né!? Tipo, eu estava num país das maravilhas ali, a Cris no país das maravilhas”, detalha.

Depois de conhecer a forma como a urbanidade do centro de São Paulo acolhia a população LGBTQIAPN+, Cris afirma que era muito difícil voltar para Perus por conta da forma como as pessoas sempre olhavam e julgavam quem era LGBTQIAPN+. “Os caras da favela viam sapatão, os caras queriam matar. Eles não faziam nada comigo porque eu andava com uma mina que era parente de um dos traficantes. Então, eles respeitavam por causa disso”, lembra. Crisã só passou a conviver mais no bairro quando começou a frequentar a *Comunidade Cultural Quilombaque*, “um lugar fora do centro que acolhia a todos”.

LESBOFOBIA

Crisã se lembra de cada detalhe do dia que presenciou uma agressão em um ponto de ônibus na região central de Perus. Uma lata foi arremessada de um caminhão contra duas meninas que se beijavam. Como tudo aconteceu rapidamente, Crisã conta –com frustração– que não houve tempo para reação. Ela também recorda um caso que aconteceu em um antigo trabalho, lugar onde sofreu uma ameaça de estupro corretivo, o que a deixou abalada emocional, psicológica e fisicamente. Cristiane ainda destaca que o desrespeito com mulheres lésbicas, muitas vezes, acontece de forma mais “sutil” e deseja que a sociedade esteja atenta a essas atitudes que caracterizam o preconceito velado.

Quando questionada sobre as recentes conquistas e expectativas futuras para a comunidade LGBTQIAPN+, Crisã prontamente afirma que hoje a sua maior alegria é “ver uma sapatão trabalhan-

“

A CRIS É UMA PESSOA QUE AS PESSOAS ACHAM QUE É DURONA, MAS NÃO TEM NADA A VER COMIGO. EU SOU ‘MÓ CORAÇÃOZINHA’, SABE?!

do” sem esconder sua identidade. Ela relata que, em sua juventude, para conseguir trabalho, as mulheres lésbicas tinham que se esconder, além de adequar o comportamento e roupas para atender às expectativas da sociedade. “Você tinha que colocar uma máscara e enfrentar o mundo”, complementa.

Ao comparar a sua geração com as mais novas e as dificuldades enfrentadas por ambas, Crisã destaca a importância das pessoas que abriram as portas para que hoje a comunidade LGBTQIAPN+ possa debater abertamente os seus direitos e avançar em suas pautas. “Eu desejo que todos sejam felizes, sem preconceito. A gente tem força para conquistar o mundo e compartilhar a nossa sabedoria, assim como a nossa vida com as pessoas. Somos normais e as pessoas nos enxergam como anormais. Tem que respeitar a gente! Todo mundo tem que amar mais e respeitar mais”, finaliza a lendária Crisã. •

¹ Bloco afro percussivo originário de Perus focado no estudo e na vivência da tradição dos toques de tambores e na cultura negra. Nesse sentido, o bloco se dedica em apreender saberes ancestrais pela musicalidade.

² Estupro corretivo é uma prática criminosa que teria o objetivo de alterar a orientação sexual de mulheres lésbicas. Lembramos que a orientação sexual não é uma escolha e, portanto, não é passível de correção nem julgamento.

por que precisamos falar sobre etarismo?

Texto: **Maria Elizabeth Pedrosa**

Escrevo como forma de refletir, a partir de experiências pessoais e sociais, sobre o etarismo/ageísmo, abrindo uma breve reflexão sobre como somos afetadas, enquanto mulheres, por esse processo.

Nos últimos tempos, começamos a discutir social e academicamente sobre o etarismo/ageísmo em virtude do envelhecimento da população e sua resistência em “sair de cena” e se acomodar ao papel que, no Brasil, socialmente é dado às pessoas mais velhas.

O conceito de “mais velho/idoso” também é bastante relativo. Podemos lembrar o caso recente em que jovens ironizaram uma colega de sala de quarenta e poucos anos que começou a cursar a graduação¹. Esse fato trouxe à tona uma série de discussões e problematizações sobre os preconceitos associados ao envelhecimento na sociedade brasileira e o quanto temos que refletir sobre essas questões de forma muito séria.

Porém, não podemos nos ater apenas ao etarismo/ageísmo com os “mais velhos/idosos”, pois nós, mulheres, sofremos, além do etarismo/ageísmo, com uma expectativa social que deve ser cumprida com o passar do tempo e a depender da nossa faixa etária. A tirinha ilustra essas questões e, por essa razão, agrego ela ao texto como ponto de partida para a reflexão.

A sociedade brasileira, em geral, nos impõe comportamentos por sermos mulher, um papel socialmente construído de forma bastante rígida. Temos que cumprir diversas expectativas que nos são atribuídas pelo gênero.

Há uma expectativa social que as meninas/mulheres tenham um comportamento moralmente contido na adolescência, se preparando para serem a “moça digna de um bom casamento”. Então, nesse processo, devemos nos escolarizar até o início dos nossos 20 anos, encontrar um “marido” que corresponda também as ex-



Fonte: QUINO. Toda Mafalda. São Paulo: Martins Fontes, 1991. p. 26.

pectativas sociais e familiares, nos programarmos para, ao fim dos 20 anos, começo dos 30, termos filhos, e é claro que, para isso, já devemos ter consolidada uma carreira acadêmica e profissional. Aos 30 anos, devemos nos dedicar com afinco à criação dos nossos filhos, cuidarmos do “marido”, da casa, do trabalho e uma infinidade de tarefas que nos são atribuídas.

Aos 40 anos, nossos filhos “devem” começar seu processo de independência e cabe a nós o papel de apoiadora, seguido de um vazio gerado pelo tempo dedicado à criação dos filhos, que nos tiram praticamente de atividades sociais e interesses particulares. Após esse processo seremos contempladas com uma “velhice” simpática e bem humorada, mas sem opinião, sem ação e sem respeito às particularidades, interesses e história.

Faço acima uma linha do tempo dos papéis que nos são atribuídos, mas esses papéis não consideram as questões sociais e econômicas que, por exemplo, atrasam uma graduação, como o fato de muitas de nós não conseguirmos trabalhar, estudar, especialmente se tivermos filhos “antes da hora”.

É pesado ser mulher numa sociedade que deposita tantas expectativas sobre nós e sobre nossas atitudes. Tudo isso desencadeia diversos problemas de bem estar mental em quase todas nós.

Aliadas às expectativas e comportamentos esperados, existem fortes cobranças. Além de cumprirmos o “fluxograma”, como aponta a Mafalda, ainda temos que nos manter saudáveis, bonitas e agradáveis. Fica difícil. E, refletindo sobre tudo isso, me lembro que tenho ouvido muito que deveria me

“É PESADO SER MULHER NUMA SOCIEDADE QUE DEPOSITA TANTAS EXPECTATIVAS SOBRE NÓS

aposentar e “aproveitar” a vida. Então, me pergunto: o que é aproveitar a vida? Trabalhar, ter relacionamentos profissionais, não é aproveitar a vida?

O etarismo/ageísmo nos afeta a todas. Ao nos pensarmos jovens e “fora de risco”, esquecemos que aquilo que ocorre com as mulheres mais velhas nos afetará daqui a pouco. É difícil, eu sei, mas concluo com a seguinte pergunta, que li um dia desses: “somos todos etaristas em desconstrução?”. Espero que sim. Caso contrário, nossos sofrimentos e angústias se manterão e manteremos também às outras mulheres nesses processos, sem ver uma saída para essa dor que se acumula ao longo das nossas existências. •

¹Vídeo de universitárias de SP debochando de colega por ter ‘40 anos’ viraliza e gera indignação. G1, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/bauru-marilia/noticia/2023/03/11/video-de-universitarias-de-sp-debochando-de-colega-por-ter-40-anos-viraliza-e-gera-indignacao.ghtml>.



vivências de uma gravidez na pré-adolescência

ANA CAROLINA CALIXTO FOI APRESENTADA À MATERNIDADE NA PRÉ-ADOLESCÊNCIA, AOS 12 ANOS. ENFRENTOU MUITAS DIFICULDADES NA GRAVIDEZ E NO PUERPÉRIO, SEM AMPARO PSICOLÓGICO. HOJE, 15 ANOS DEPOIS, ELA ASSUME A NARRATIVA DE SUA PRÓPRIA HISTÓRIA.

Texto: **Érika Barbosa**

Ilustrações: **Mariana Calle**

Na América Latina, o Brasil está entre os países com as maiores taxas de maternidade na adolescência, apenas atrás de Paraguai, Equador e Colômbia. Segundo dados do SUS – Sistema Único de Saúde, a cada hora, 44 adolescentes se tornam mães no Brasil, sendo que duas delas têm entre 10 e 14 anos.

Embora nos últimos anos tenha acontecido uma redução dos casos de gravidez na adolescência – uma diminuição de 32,7% entre 2015 e 2019 – os números absolutos ainda são bastante preocupantes. Ainda de acordo com o SUS, um a cada sete bebês brasileiros é filho de mãe adolescente. Diariamente, 1.043 adolescentes se tornam mães no Brasil.

Ana Carolina Calixto, moradora do Recanto dos Humildes, em Perus (região

Noroeste da cidade de São Paulo), engravidou aos 12 anos e faz parte das estatísticas citadas acima. Hoje, aos 27, tem dois filhos: Maria Eduarda (14) e Isaac (6). “Deixei de ser criança para ser mulher, precisei olhar para frente mesmo estando com o psicológico abalado”, conta.

Aos 12 anos, meninos e meninas estão na transição da infância para a adolescência e, portanto, é uma fase de mudanças hormonais no corpo, com muitos conflitos emocionais. O grande desafio para ela era entender o que havia acontecido.

Segundo Carol, que estava apaixonada quando engravidou, o pai de sua filha – na época com 20 anos – nunca havia sido violento com ela. No entanto, o artigo 217-A do Código Penal brasileiro reconhece o crime, quando prevê, inclusive, a punição,

ao detalhar: “Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 anos: pena — reclusão, de oito a 15 anos”.

Quando a família soube do seu envolvimento com o homem oito anos mais velho, ela foi levada para a casa de seu pai, em outro bairro. No entanto, ela já estava grávida e não sabia. A notícia não foi bem recebida pelo pai, que mandou Carol para a casa da mãe. A menina foi vista como culpada pela gestação. Seu pai, inclusive, cortou a pensão alimentícia que era, por direito, da filha.

O pai ainda fez uma denúncia anônima ao Conselho Tutelar e, então, foi aberta uma investigação. “Me magoava muito ter

que ir até a delegacia, ao Conselho Tutelar e ficar falando que eu não queria abortar a minha filha; por mais que eu fosse criança, eu não queria isso, eu implorei pra minha mãe me deixar tê-la”, lembra Carol, que foi muito julgada por seus familiares e amigos e sentia muita vergonha das pessoas na rua. A mãe de uma amiga de infância pediu para que ela se afastasse de sua filha, já que não era mais um bom exemplo. “Isso aconteceu mais de uma vez”, recorda Carol.

Educação sexual nunca foi pauta na casa, nem na escola de Carol. Ela conta que quando passavam cenas de beijo na televisão, a mãe mudava de canal. “Hoje a minha mãe tem outra cabeça. Ela tam-





Ana Carolina | Acervo pessoal

Ana Carolina com seus filhos
Maria Eduarda (14) e Isaac (6).

bém era muito jovem, só tinha 29 anos, e com 30 já era avó. Ela nunca conversou comigo sobre essas coisas, fui descobrindo sozinha. Quando fui me relacionar com outra pessoa [depois da gravidez precoce] foi muito difícil, porque eu não sabia nada do que estava fazendo, mas já tinha uma filha”, comenta.

PRÉ-NATAL DE RISCO E FALTA DE ACOMPANHAMENTO NO PÓS-PARTO

Aos 12 anos, os órgãos genitais de uma menina estão em desenvolvimento e o seu útero ainda é infantil. Por isso, Carol precisou acompanhar a gestação em um hospital especializado, com suporte de psicólogos, psicoterapeutas e conselheiros tutelares. Por decisão própria, ela preferiu deixar de ir para a escola, já que sua gestação era de risco. Porém, de acordo com Carol, o pré-natal deixou a desejar, pois faltaram informações

de como seria o parto, a amamentação e o pós-parto. Ela também não teve suporte emocional para lidar com todas as demandas do puerpério e parecia estar sendo penalizada pelo sistema de saúde por não ter optado pelo aborto.

Ana Carolina entrou em trabalho de parto em casa e por cerca de quatro horas aguentou tudo sozinha, com medo de fazer perguntas e sem pedir ajuda da família por medo de incomodar. Sua mãe chamou o SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência) e ela foi encaminhada para o hospital mais próximo, no bairro vizinho de Parada de Taipas.

Enquanto a sua mãe resolvia a internação, a médica de plantão entrou na sala de parto e, sem nem sequer se apresentar, submeteu a Carol a uma episiotomia (corte realizado no períneo da mulher – entre a vagina e o ânus – para ampliar o canal de saída do bebê). A justificativa foi a de que a paciente precisava expulsar a pla-

centa, que já havia sido expelida na ambulância. Carol levou oito pontos e, por isso, a sua recuperação foi bastante delicada: “Foi uma coisa terrível, uma sensação horrível, ela [a médica] nem quis saber, foi muito grossa, eu não conseguia colocar uma calça”, pontua. Quando realizada de forma rotineira e sem autorização da mulher, a episiotomia é configurada como violência obstétrica.

A CHEGADA DE MARIA EDUARDA

Ter uma vida tranquila após o nascimento de um filho não é uma tarefa fácil. Ainda mais, quando isso acontece na adolescência, um período marcado por grandes transformações físicas e emocionais, além do desenvolvimento intelectual e comportamental. Carol teve o curso da sua adolescência drasticamente interrompido. Sem a pensão do seu pai, ela se sentia mal por não ter como custear Maria Eduarda.

Como ninguém lhe daria emprego por conta da idade, ela foi trabalhar na feira, na rua de cima de sua casa, aos sábados, das 6h às 15h, para ganhar R\$ 10,00. Essa também era uma maneira de se manter próxima à sua filha, que ainda era uma recém-nascida. “Um dia eu senti que a Duda precisava mamar, meu peito estava doendo muito e minha blusa estava encharcada. Como eu estava perto de casa, pedi pra ir e voltar rápido. Tive que ouvir que ‘era isso que dava’ ter filho cedo, que não era problema dela [dona da barraca]”. Depois de alguns episódios parecidos, Carol foi trabalhar com outra feirante, que lhe ofereceu um pagamento maior e permitia que ela levasse legumes e verduras para casa.

Depois de trabalhar por anos na feira, Ana Carolina passou a procurar novas oportunidades. Aos 15 anos, conseguiu um emprego em uma loja de roupa como jovem aprendiz. Neste processo, o as-

“
NO PÓS-PARTO ME SENTI
ABANDONADA PORQUE EU
ERA COBRADA PARA SER
ADULTA. MEU PAI PAROU DE
PAGAR PENSÃO, EU TIVE QUE
ME VIRAR. SENTI QUE ERA
UM PESO EM CASA, JÁ QUE
ERAM DUAS BOCAS PARA
ALIMENTAR.

sédio surgiu mais uma vez em sua vida, quando foi pedir trabalho em uma padaria do bairro. “O dono disse que me daria o emprego se ele pudesse me ver pela-dá. Eu chorei muito, voltei para casa e nunca contei pra ninguém, com medo de acharem que eu fiz algo para provocar isso”, conta, lembrando como se sentia culpada por tudo.

O pai de Carol voltou a pagar a sua pensão somente após dois anos do nascimento de Maria Eduarda. Isso possibilitou que Carol voltasse a contribuir financeiramente em casa e ficasse mais tranquila, por não “sentir que estava incomodando”.

RESSIGNIFICANDO A DOR

O resultado da denúncia anônima feita pelo pai de Carol levou o abusador a julgamento somente oito anos depois. Resiliente, ela conta que ficou na mesma sala que o réu sem receio algum e pediu para a juíza absolvê-lo, pois não se sentiria bem em motivar a prisão (embora o acusado já estivesse preso por tráfico de drogas). Carol diz não ter raiva do violador, mas não quer aproximação. “Ele quis conhecer a Duda e pediu para registrá-la. Eu aceitei, mas a Duda não quis ter uma relação, pois, para ela, ele é uma pessoa



desconhecida. Não existe um vínculo e eu respeito isso”, detalha.

Embora tenha passado por muitas dificuldades, Carol se orgulha de não ter desistido da maternidade: “Nunca permiti que outras pessoas cumprissem esse papel”. Ela ressalta que Duda é o maior presente da sua vida e que sem ela o seu destino teria tomado outros caminhos. “Ela me incentivou a quebrar barreiras e ser uma pessoa batalhadora e vencedora. Hoje, eu explico pra Duda o que é

respeito ao corpo dela, que ela pode namorar quem ela quiser, mas sempre com responsabilidade, e que ela não precisa passar pelo que eu passei. Ela enxerga como eu me esforço para que a gente tenha as coisas”, comenta.

Aos 18 anos, Carol foi morar sozinha com sua filha, mas depois de dois meses – por medo de estar sozinha e não dar conta – precisou voltar para a casa de sua mãe. Com a chegada do segundo filho, aos 21 anos, sentiu que era o momento de ter seu



“
MEU ÚNICO SONHO ERA TER
UMA CASA E IR MORAR
COM A MINHA FILHA. EU
SÓ TINHA 12 ANOS.

espaço. Desta vez, saiu da casa da mãe para nunca mais voltar. Hoje, totalmente independente, Carol é empreendedora e mantém uma loja digital de roupas femininas, que entrega em todo o Brasil (acesse pelo **QR Code**).

Questionada sobre o reconhecimento de sua família, Carol fala que seu esforço é visto e que a sua mãe sente muito orgulho, e conta que jamais imaginou onde iria chegar. “Meu único sonho era ter uma casa e ir morar com a minha filha. Eu só tinha 12 anos”, diz.

Casada com o pai de Isaac, o segundo

filho, há 11 anos, ela diz que, por causa de sua história, não consegue “ser cuidada” ou depender financeiramente de alguém. “Como sempre tive que me virar, é difícil me livrar disso, eu tento, mas não é fácil”, frisa Carol. Ela também lembra do quanto pensou em desistir no início da gestação, quando teve depressão, e que se sustentou em gerar Maria Eduarda, sem nenhum arrependimento da decisão tomada. “Eu sou completamente a favor da legalização do aborto. Eu, mesmo com a lei do meu lado, optei por não fazer, mas eu respeito quem faz”, finaliza. •

▶ @mulheresnofront

ENTREVISTA

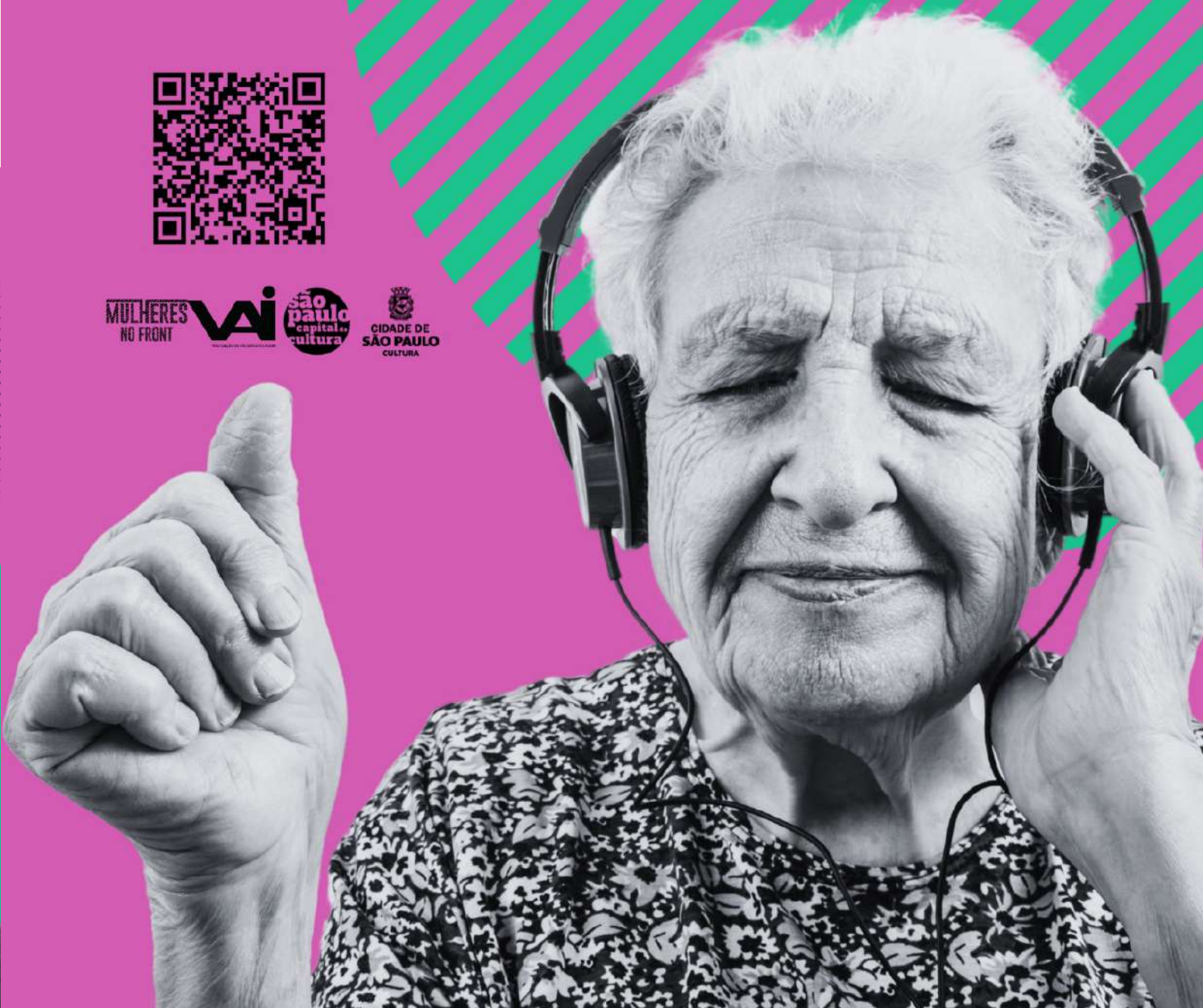
ORLANDA CRUZ

moradora de perus

POD CAST



MULHERES
NO FRONT



surgimento dos clubes de mães de perus

Texto: Michele Sousa

Criados por volta da década de 1960, os clubes de mães tinham um perfil assistencialista, em que mulheres de classes abastadas sentiam-se no dever de prestar caridade às mulheres pobres. Após o Concílio Vaticano¹ II e a Conferência de Medellín² houve um incentivo para que as mulheres das comunidades assumissem a organização dos clubes, uma vez que muitas já estavam engajadas em movimentos sociais, como é o caso das “queixadas” (ALVES, 2011). São as “queixadas” – companheiras dos operários grevistas da Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus (CB-CPP) – que iniciam as atividades que precedem os clubes de mães de Perus. Em decorrência dos impactos ocasio-

nados pela greve, as “queixadas” ensinavam umas às outras atividades que pudessem gerar renda, diminuindo, assim, a insegurança alimentar das famílias. Como forma de proporcionar renda às famílias, elas conseguiram in-

¹ O Concílio Vaticano é uma ferramenta da igreja católica que visa estabelecer consensos a respeito das doutrinas da religião; o Concílio Vaticano II foi utilizado para estabelecer diálogo entre a igreja e as questões modernas (PASSOS, 2014).

² A II Conferência do Episcopado Latino-americano – ou simplesmente Conferência de Medellín (1968) – possibilitou que a igreja latino-americana desenvolvesse as Diretrizes Gerais da Ação Pastoral (1975-1979), influenciando na criação das Comunidades Eclesiais de Base (CEB) e pastorais sociais, o que aproximou a igreja dos grupos de base (DOMEZI, 2018).



Mulheres do Clube de Mães na inauguração da creche da Vila Eduardo (Perus), na década de 1990.

clusive montar uma cooperativa de costureiras (ALVES, 2011).

Incentivadas pelos padres da ordem dos Monfortinos, que atuam até os dias de hoje no território, as mães fizeram formações com a assistente social Maria Salete Joaquim, o que possibilitou uma melhor organização de suas ações – desse modo, a atuação das mães se ampliou e gerou conquistas. Em entrevista à coletividade **Mulheres no Front**, Maria Aparecida da Silva Santos Soares, conta que antes das CEB havia uma certa ingenuidade nas formas de protesto dos grupos, como podemos ver na citação a seguir:

Eu nunca me esqueço que quando a gente morava na Vila Operária, as crianças eram tudo pequenas ainda, e caía muito cimento aqui em Perus, nunca esqueço. Daí as mulheres da Vila Operária cismaram fazer um movimento, sabe onde a gente foi reclamar do cimento? Eu não me conformo com isso, no parque infantil, o que tem o parque infantil com isso? (SOARES, 2023).

As reuniões com a assistente social e a formação do Centro de Clubes de Mães (CCM), localizado em Pirituba e que agregava os grupos dos bairros de Jaraguá e de Perus, foram fundamentais para o amadurecimento das mulheres enquanto líderes de um movimento social.

Com a assessoria do clube elas fizeram um abaixo-assinado para solicitar a ampliação de creches e escolas em Pe-



Maria Aparecida da Silva Santos Soares, 84 anos, foi uma das precursoras do Clube de Mães de Perus na década de 1970.

rus. Após a colas assinaturas, elas foram à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP) e, mesmo sem agendar, conseguiram entregar o pedido diretamente ao deputado “Santos”, que atuava em Perus.

Essa mobilização resultou na criação da Creche da Vila Perus, localizada entre a Praça do Samba e a Unidade Básica de Saúde da Vila Perus.

Desta forma, ao organizar os clubes de mães, as mulheres de Perus evidenciaram que, além de compor o Movimento dos Queixadas, elas tinham garra para liderar um movimento exclusivamente de mulheres, evidenciando o seu potencial político de militantes. •

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Maria Madalena Ferreira. Mulheres em luta: uma outra história do movimento “queixadas” de Perus. 2011. 118 f. Dissertação (Mestrado em ciências da religião) - PUCSP, São Paulo, 2011.

COLEÇÃO Mulheres no Front, Acervo História Oral. São Paulo: Centro de Memória Queixadas Sebastião Silva de Souza, 2023. 4 entrevistas (159 min), audiovisual, cor.

DOMEZI, Maria Cecília. A mulher na Conferência de Medellín. In: SBARDELOTTI, Emerson; SOUZA, Ney de (org.). Medellín: memória, profetismo e esperança na América Latina. Petrópolis: Vozes, 2018.

JOAQUIM, Maria Salete. Militantes de clube de mães (São Paulo x Periferia). São Paulo: Edição própria, 2013).

PASSOS, João Décio. Concílio Vaticano II: reflexões sobre um carisma em curso. São Paulo: Paulus, 2014.

roda de
conversa

saúde mental da mulher periférica



Foto - Canva

MULHERES
NO FRONT

vi
Visitação de Iniciativas Culturais

são paulo
capital da
cultura

CIDADE DE
SÃO PAULO
CULTURA

 mulheresnofront

trans de quebrada

Texto: Angélica Müller
Ilustrações: Mariana Calle

EM ENTREVISTA, A ARTISTA PLÁSTICA NICOLE FIRMINO FALA SOBRE TRANSIÇÃO DE GÊNERO E COMPARTILHA A SUA VIVÊNCIA COMO MULHER TRANS PERIFÉRICA.

“**P**ara você ser feliz, não há idade!” Essa foi a resposta dada por Nicole Firmino, 32 anos, a todos que questionaram e consideraram a sua transição de gênero “tardia”, aos 30.

Acolhida por sua família, ela não encontrou a mesma receptividade em algumas de suas amigas, durante o processo de transição. “Isso foi uma coisa que me chocou muito”, conta a artista plástica e moradora de Perus.

A seguir, confira a entrevista de Nicole para o **Mulheres no Front**.

Angélica Müller (AM): Pode nos contar como se deu o seu processo de transição?

Nicole Firmino (NF): A minha transição começou “muito tarde”. Aos 18, eu me assumi homossexual para a minha mãe. Transicionei dos 29 para os 30 anos, quando eu tive certeza absoluta de que não há idade pra você ser feliz e fazer aquilo que realmente importa. Eu sempre tive uma família que me apoiou muito, como artista e como transexual. No começo surgiram questões do tipo

“

MINHA MÃE CHEGOU A ACREDITAR QUE ERA UMA FASE DE ‘PABLO VITTAR’, CONTA NICOLE FIRMINO, 32, SOBRE SEU PROCESSO DE TRANSIÇÃO.

“Ah, mas será que é isso mesmo?”. Minha mãe chegou a acreditar que era uma fase de “Pablo Vittar”, dizendo que era “super normal” se transvestir. Expliquei que é uma questão minha e que me identifico como transexual desde pequena.

Hoje é muito mais fácil olhar todos os indícios. Quando criança colocava – escondida – sapatos e roupas da minha mãe. Tudo isso veio à tona aos 30 anos. Não consegui mais segurar isso dentro de mim. Eu não tive problemas com a minha família, foi tranquilo.



Antigas amizades – de 15 anos – me mostraram o quanto a rua seria diferente comigo. E eu jamais imaginei que essas questões de moralidade e de marginalização viriam do meu círculo de amizades. Isso foi uma coisa que me chocou e machucou muito. Mas eu não permiti que me atingissem. Da mesma forma que me machucou, me ensinou.

AM: Como é ser uma mulher trans na quebrada, hoje?

NF: Existem vários parâmetros. Eu sou uma mulher branca e me coloco nesse lugar de privilégio. As coisas são diferentes para as mulheres pretas. Mesmo morando na quebrada, existe esse lugar de privilégio.

Imagina as pessoas que me conheceram como garoto, desde pequena. Por isso, foi muito difícil me transvestir e sair na rua. Como é que essas pessoas iriam me olhar? Como é que as pessoas iriam me apontar? Esse era o meu medo! E eu quebrei isso quando percebi que era uma questão de eu me impor como pessoa.

Questões de gênero se relacionam diretamente com respeito. Hoje, dentro da quebrada, eu sou muito respeitada. Nunca sofri assédio, agressão física ou verbal. Então pra mim, essa relação com a quebrada sempre foi muito tranquila. Muita coisa do que eu sou hoje veio de Perus. A cultura periférica me trouxe uma outra visão de arte. Perus me ajudou muito na questão de incentivo à arte. Já fiz teatro, trabalhei com figurinos, cenografia e cinema. Já fiz filme, série e feira. Já fiz de tudo, são 17 anos trabalhando na área das artes.

AM: Fale um pouco, por favor, sobre como você enxerga as atuais conquistas para a população trans?

NF: Eu tenho 30 – tão novinha – e houve muita evolução. Eu vim de uma época em que as mulheres trans só eram marginalizadas e hipersexualizadas. Hoje, nós temos como alcançar lugares por meio da política de cotas, o que é uma grande conquista, porque antes não havia essa visibilidade.



Nicole Firmino | Acervo pessoal



As mulheres trans eram genericamente chamadas de prostitutas de rua; o máximo que conseguiriam era ser cabeleireira e manicure. Não havia tanta perspectiva de futuro, era uma coisa muito limitada e sofrida. Hoje, a gente tem meios para estudar e também existem incentivos de organização públicas. Além disso, as meninas [de] hoje têm acesso à internet, facilitando a comunicação e formação de redes de apoio, o que antigamente não existia. Era sofrer calada, literalmente. Sozinha, muitas vezes.

Eu acho que a maior conquista é de lugar de fala. Ainda falta muita coisa, a gente tem muito o que andar. Deixamos de ser seres calados.

AM: Quem são as pessoas trans que são referências pra você?

NF: Pessoas trans eu tive muitas [como referência], porque eu venho deste mundo artístico. Eu comecei no carnaval, que foi a minha faculdade. Ali encontrei um rebanho muito maior.

A comunidade trans era muito diminuída e marginalizada, e eu recebi ajuda principalmente de duas amigas, Fernanda, da Águia de Ouro, e Greice Kelly Fontenele. Eu vi o quanto as pessoas tiveram que lutar para que hoje eu esteja em um lugar mais acessível e sociável. Eu devia ter uns 14 anos quando comecei a trabalhar no carnaval, as pessoas trans eram muito organizadas e, também, apontadas. Inclusive, o termo mulher trans foi adotado para quebrar esse preconceito e, por isso, é importante se posicionar desta forma.

Eu trabalhei em escolas [de samba] de time de futebol, antes da minha transição.

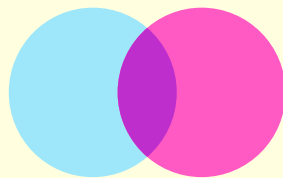
E aí tem toda a questão do machismo. Eu fiquei com muito medo porque eles [os homens] eram dominantes. Tinha muito medo de não saber lidar ou de passar por alguma coisa mais grave.

Mas, graças a Deus, foi uma trajetória muito leve. É óbvio que existem coisas [discriminações] que vêm de vários lugares e você meio que abstrai. A luta é diária! Não necessariamente precisa levantar uma bandeira ou fazer parte de uma organização, porque a união é a organização maior.

AM: Para encerrar nossa conversa, o que você deseja no futuro para a população trans?

NF: Eu desejo respeito, acho que o mal do mundo é [falta de] respeito. Acho que o brasileiro precisa entender que tem que respeitar. Você não tem que aceitar, você





não tem que lutar. É respeitar! E é isso que é a maior dificuldade, a gente não consegue ter todas as pessoas nos lugares, porque não existe o respeito. Então, acho que o meu maior desejo para o mundo é que as pessoas consigam se ver com respeito.

inVISIBILIDADE TRANS

Atualmente, cerca de 4 milhões de pessoas são transgêneras ou não binárias no Brasil, o que corresponde a 1,9% da população. Os dados foram divulgados em uma pesquisa exclusiva publicada em 2021 pela Faculdade de Medicina de Botucatu da Universidade Estadual Paulista (Unesp).

Apesar dos esforços de muitas instituições para levantar informações sobre a violência contra pessoas LGBTQIAPN+, há uma ausência de dados governamentais sobre essa população (educação, saúde, moradia, etc.). A principal consequência desta falta de informações é a invisibilidade de toda a comunidade transsexual brasileira.

De acordo com o *Dossiê Assassinatos e Violências contra Travestis e Transexuais Brasileiras* (**acesse pelo QR Code**), realizado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) e entregue no início de 2023 ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), no ano passado foram assassinadas 131 pessoas trans, sendo 130 mulheres trans e um homem transgênero. •



JUSTIÇA POR PRISCILA DIVA

Após cinco dias de desaparecimento, o corpo de Priscila Santos, 29 anos, foi encontrado em 22 de março de 2022, na represa de Mairiporã (SP).

Priscila Diva, como era conhecida, foi uma das primeiras mulheres trans de Perus. O processo de investigação da morte foi aberto na Delegacia de Franco da Rocha, município da Grande São Paulo, local para onde o corpo foi levado.

Nas redes sociais e no enterro de Priscila, que aconteceu em 24 de março de 2022, amigos e familiares protestaram pedindo “Justiça por Priscila Diva”. Quase um ano e meio depois, o caso ainda não foi resolvido.



Priscila Diva | Acervo pessoal

Assassinada aos 29 anos, Priscila Diva foi uma das primeiras mulheres trans do bairro de Perus.

Foto - Caroline Brandão



maria soares

entrevista _____

MULHERES
NO FRONT

vi
SERVIÇO DE INCLUSÃO CULTURAL

são paulo
capital de
cultura

CIDADE DE
SÃO PAULO
CULTURA

 mulheresnofront

protagonismo feminino em Perus é tema de pesquisa

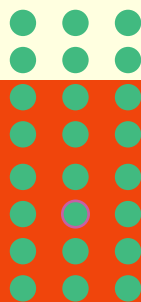
Texto: Sheila Moreira

DOUTORANDA EM SOCIOLOGIA PELA UNIVERSIDADE
DE GIESSEN, NA ALEMANHA, GIOVANA POSSIGNOLO
ESTUDA AS VARIADAS FORMAS DE ATIVISMO
FEMININO PERIFÉRICO
PRESENTES EM PERUS
E NO TERRITÓRIO
NOROESTE.



Giovana Possignolo | Acervo pessoal

Giovana Possignolo hoje divide o seu tempo entre o Brasil e a Alemanha, país onde desenvolve sua pesquisa de doutorado sobre protagonismo feminino.



É tão comum encontrar Giovana Possignolo pelas ruas de Perus que ela até parece moradora do bairro. Na verdade, ela vai e vem, se dividindo entre Perus, Piracicaba (sua cidade natal) e Alemanha, onde faz doutorado em Sociologia pela Universidade de Giessen. Formada em Direito pela USP (Universidade de São Paulo) em 2015, se tornou mestre quatro anos depois, estudando o direito à cidade. Atualmente, pelo doutorado, desenvolve pesquisa e ações participativas multidisciplinares nas periferias de São Paulo, aprendendo com mulheres e buscando fortalecer o protagonismo feminino periférico.

Giovana é do mundo! Além da Alemanha, já morou na Espanha e na Holanda, mas foi em Perus que ela prolongou por várias vezes a sua estadia. Em conversa com o **Mulheres no Front**, ela conta como chegou ao bairro e de que forma vem estudando o protagonismo e a liderança de mulheres no território Noroeste. Confira a entrevista!

Sheila Moreira (SM): Fale um pouco de sua trajetória acadêmica, por favor.

Giovana Possignolo (GF): Em 2010, eu vim para São Paulo estudar Direito no Largo São Francisco¹, curso que acabou sendo, para mim, uma grande frustração, pois eu não me sentia pertencente àquele mundo. Para conseguir concluir o curso, me envolvi em muitas outras atividades e também tive a oportunidade de, em 2014, morar na Espanha, onde cursei matérias nas áreas de Geografia, História Social e Ciências Políticas. Foi desta forma que passei a buscar outros

temas e espaços, nos quais eu me sentiria mais pertencente e capaz de dialogar.

Como a minha experiência acadêmica atravessa minha vivência em São Paulo, me intrigava muito a desigualdade e o medo que se coloca sobre os corpos das mulheres em seus deslocamentos pela cidade. Comecei, então, a refletir sobre o tema do direito à cidade junto aos movimentos sociais. Iniciei um mestrado pelo Programa de Ciência Política da FFLCH² e fiz um segundo intercâmbio possibilitado por uma bolsa de estudos na Holanda. Lá acabei cursando uma disciplina com pesquisa de campo para estudar a cidade e a justiça social dentro dos espaços urbanos. Realizei, então, um trabalho de campo sobre moradia social e comunidades migrantes romenas na cidade de Belgrado³.

Fiquei muito interessada pela pesquisa empírica e, quando retornei, decidi fazer um estudo de caso sobre o Slam Resistência⁴, que surgiu após as Jornadas de Junho de 2013, quando a Avenida Paulista foi tomada por diversas pautas sociais, e uma delas era a de mobilidade urbana como direito à cidade.

As inquietações do mestrado me levaram

¹ Faculdade de Direito do Largo de São Francisco/USP

² FFLCH – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

³ Belgrado – Capital da Sérvia

⁴ O Slam Resistência surgiu em 2014, em um cenário de ebulição política no Brasil. Os encontros aconteciam todas as primeiras segundas-feiras de cada mês na Praça Roosevelt, na região central de São Paulo.



Giovana Possignolo | Acervo pessoal

Giovana entrevista Franciele Busico, diretora do CIEJA.

ao doutorado. Primeiro, [surgiu a questão sobre] a participação das mulheres nos movimentos sociais: onde está o protagonismo delas dentro dos coletivos? Em segundo lugar, havia uma vontade de olhar e aprender como se dão as relações, os coletivos, a vida urbana, a partir das bordas, a partir das periferias. O desemprego e a pandemia me levaram a escrever um projeto e a procurar programas de bolsas em universidades fora do Brasil, principalmente na Alemanha, já que eu tinha conhecimentos no idioma. Então, apresentei esse projeto que parte de uma abordagem teórica, metodológica e práticas feministas, antirracistas e decoloniais para pensar e repensar São Paulo a partir da resistência e da existência de mulheres que vivem e lutam em seus bairros, nas periferias da cidade. Busquei, a partir de práticas sociais e culturais, entender o que constitui esses territórios, as experiências cotidianas, os sentimentos das pessoas que ali vivem e as lutas políticas.

SM: Como conheceu Perus? O que te despertou interesse no bairro, sobretudo em relação às mulheres?

GP: Eu conheci Perus por meio da Jéssica Moreira⁵, moradora de bairro e cofundadora do *Nós Mulheres da Periferia*⁶, que foi um grande possibilitador e catalisador das minhas experiências na periferia. A partir do primeiro contato com o site do Nós, eu pude pesquisar, adentrar territórios e histórias de mulheres, sempre com muito respeito e do lugar de aprendizado. Então, eu passei a considerar a possibilidade de olhar para as periferias de uma forma ampla e diversa.

⁵ Jornalista, cofundadora do *Nós, Mulheres da Periferia*, escritora e moradora de Perus

⁶ Empresa de jornalismo fundada e autogestionada por mulheres periféricas – <https://nosmulheresdaperiferia.com.br>



A Jéssica também foi um dos meus primeiros contatos quando comecei a pesquisar lugares para me fixar. Muito gentil e acolhedora, ela abriu caminhos e possibilitou que eu chegasse a Perus. Com muito afeto, o interesse pelo bairro foi crescendo dia a dia, até pela minha proposta de “desaprender [a vivenciar] São Paulo” para poder aprender São Paulo de uma forma autêntica e participativa, dando espaço para relações que estão muito além da pesquisa e, também, para vivências diversas, como as com mulheres ativistas. Em Perus, território que me acolheu e me inspirou, aprendi muito com as mulheres e com as redes de apoio criadas por elas.

SM: Fale um pouco mais sobre as diferentes formas de articulação organizadas por mulheres em Perus e no território Noroeste.

GP: As mulheres se articulam de diferentes formas e estão à frente de iniciativas que vão desde a manutenção da rotina de seus lares, até movimentos por moradia, a luta pela implementação de unidades de saúde, movimentos pela demarcação de terras indígenas, produção agroflorestal; projetos de fortalecimento da memória coletiva, afetiva e patrimonial, entre outras. Cada mulher tem uma história para contar e eu pude acompanhar isso de muito perto, como se dá no dia a dia essa luta, essa resistência feminina neste território que conta com mulheres em todas as esferas organizacionais.

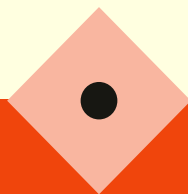
SM: Como foi a sua vivência em Perus?

GP: A minha vivência em Perus foi marcada por grande diversidade, complexidade e intensidade, eu diria. Eu fui acolhida pela Camila Cardoso, coordenadora da *Agência Queixadas*⁷, que no início me deu muito apoio. Ela me ajudou na articulação com as mulheres do território e, também, a conhecer espaços de relevância e de resistência para eu poder executar o meu plano de pesquisa.

No início, a minha estadia seria de um mês, só que eu fui percebendo que eu não daria conta [da pesquisa] dentro de uma linearidade temporal de 30 dias. Eu precisava de mais tempo para também poder me entender, me ver, me perceber, me sentir dentro daquele território, daqueles espaços, daquelas relações.

Desta forma, eu me encantei profundamente por tudo que me atravessava, fui muito tocada. Se existe algum mosquito que transmite algum vírus de Perus, esse mosquito me picou! Eu passei a sentir um grande interesse, para além da pesquisa, de entender o território. Essa vivência foi

⁷ Agência de turismo de resistência localizada em Perus – <https://museutekoajopoi.com.br>



muito intensa e durou mais do que o planejado, porque as experiências não se dão dentro de uma lógica linear, as relações não podem se dar apenas nesse espaço fixo de tempo. Assim, outras questões iam se apresentando à minha volta.

Tive oportunidade de conhecer a *Comunidade Cultural Quilombaque*, a *Agência Queixadas*, o *Museu Tekoa Jopoi*, a Biblioteca Padre José de Anchieta, o *Centro de Memória Queixadas - Sebastião Silva de Souza*, o CIEJA (Centro Integrado de Educação de Jovens e Adultos), a *Ocupação Canhoba*, a *Casa do Hip Hop*, o conselho gestor da UBS (Unidade Básica de Saúde) do Recanto dos Humildes, a *Comuna Irmã Alberta*, etc. Também pude conhecer e conviver com mulheres da *Tekoa Pyau*, no Jaraguá, e participar de vivências sagradas para o povo Guarani.

Manter contato com todas essas mulheres amplificou a minha vivência e, por isso, quero mantê-las comigo.

SM: O que se destacou ao longo do processo de pesquisa?

GP: Sem dúvidas, foi o afeto trazido pelas mulheres do território, as quais apresentam muita força. Elas têm muitas ocupações e desafios em todos os campos da vida, enfrentam tudo com muita sabedoria e eu sentia isso em cada encontro. É um aprendizado, algo muito marcante para mim, que possibilitou muitas coisas e ressignificou a minha relação com a cidade de São Paulo, me possibilitou desaprender para aprender com outras trajetórias.

De alguma forma, agora eu espero poder contribuir com o protagonismo dessas mulheres e com a relevância desses territórios para o enfrentamento de pautas que atravessam as nossas experiências individuais e coletivas. Desta forma, eu sinto que trago cada história, cada partilha, cada afeto que recebi dentro desse território e como tudo me transforma. Isso muda a maneira como eu penso, como eu me relaciono, não só em Perus, mas em todos os outros territórios que eu passei através da minha pesquisa e que foram além, pois são lugares de potência, de afeto, de conhecimento, de coragem, de muita “mulheragem” e também muita inspiração de luta e resistência. ■



toda
semana,
uma
conversa
diferente



redes de
apoio e afeto
centradas em
mulheres
periféricas



mulher de axé

Texto: Michele Sousa
Ilustrações: Mariana Calle

INICIADA NA UMBANDA AOS 13 ANOS, MÃE SUELLEN TRABALHA EM SEU TERREIRO PAUTAS QUE ESTÃO ALÉM DA ESPIRITUALIDADE. INTOLERÂNCIA RELIGIOSA, PRECONCEITO DE GÊNERO E EMPODERAMENTO FEMININO SÃO TEMAS QUE ESTÃO PRESENTES NAS GIRAS DA CASA ARQUEIROS DO AMOR E DA FÉ.

Aos 35 anos, Suellen Terezinha Barbosa dos Santos é mãe de santo e está à frente do terreiro umbandista *Arqueiros do Amor e da Fé*, no Recanto dos Humildes, em Perus. O seu ingresso na Umbanda aconteceu muito cedo, aos 13 anos, quando ela enfrentava alguns problemas de saúde e não recebeu um diagnóstico médico. Foi então que uma vizinha – chamada carinhosamente por ela de Mãe Preta – orientou seus pais a procurarem um terreiro.

Católicos, os pais seguiram a orientação em prol da saúde da filha. Emocionada, Mãe Suellen afirma que a partir do momento que adentrou o terreiro seus problemas de saúde cessaram. “Foi ali que iniciei a minha preparação para exercer a minha vocação religiosa. O processo não foi fácil, eu era muito jovem e para ser uma mãe de santo eu precisei entender muitos processos pelos quais todos os filhos de fé passam”, detalha.

O contato com a Umbanda viria também a mudar a vida de seu pai, Adailton José dos Santos, que, ao seu lado, é atualmente o pai da casa *Arqueiros do Amor e da Fé*. “Ele resolveu me acompanhar nessa jornada e se tornou meu mentor espiritual”, conta. A sua mãe, dona Nena Barbosa dos Santos, seguiu seu caminho no catolicismo, porém depois também adotou a religião de sua filha.

Desde então, a fé aparece como elemento central na vida de Mãe Suellen. De acordo com ela, nos momentos difíceis, foi a fé que a ajudou a manter-se de pé, sendo cura em sua infância, acalanto quando perdeu uma filha e esperança na recuperação do filho.

**Mãe de santo do terreiro
Arqueiros do Amor e da Fé,
Suellen não permite nenhum tipo
de intolerância em sua casa, no
Recanto dos Humildes, em Perus.**



PRECONCEITO DE GÊNERO E EMPODERAMENTO FEMININO

Diferentemente de outras práticas, nas quais as lideranças geralmente são homens, nas religiões de matrizes africana e afro-brasileira as mulheres ocupam postos mais altos.

Embora tenha se preparado para exercer o sacerdócio, Mãe Suellen enfrenta com frequência situações de caráter sexista. “Há homens que, ao adentrar o terreiro pela primeira vez, se recusam a realizar uma consulta comigo, pelo simples fato de eu ser uma mulher”, destaca. Por isso, ela ressalta que a religião – seja ela qual for – não deve ser praticada apenas dentro do terreiro, mas no cotidiano e nas relações familiares e sociais.

Inclusive, ela entende o trabalho social como uma forma de desenvolvimento espiritual. Por isso tem abordado no terreiro questões relativas à violência contra mulher, desde a que ela sofre por ser uma liderança religiosa feminina até outros tipos de violências enfrentadas cotidianamente pelas mulheres. Ou seja, as suas vivências como mulher, mãe de santo e líder comunitária não evitam que ela sofra com o machismo e o racismo que estruturam nossa sociedade.

A luta de Mãe Suellen contra o preconceito de gênero se estende para fora de seu terreiro. Em um futuro próximo, ela tem a intenção de desenvolver um projeto para acolhimento e conscientização de mulheres para o combate à violência.



Caroline Brandão

INTOLERÂNCIA RELIGIOSA

Terreiros e barracões de religiões de matrizes afro-brasileira e africana – como a Umbanda e o Candomblé – constantemente sofrem ataques por intolerância religiosa. Segundo dados da Renafro (Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde), em apenas um ano, o número de denúncias de ataques aumentou 106%, passando de 583, em 2021, para 1,2 mil em 2022, uma média de três por dia.

Os estados que mais registram denúncias são São Paulo (270), Rio de Janeiro (219), Bahia (172), Minas Gerais (94) e Rio Grande do Sul (51). A maioria das denúncias é feita por praticantes de religiões de matrizes africana e afro-brasileira. Nos primeiros 20 dias de janeiro deste ano, o Disque 100, canal para denúncias de violações de direitos humanos, recebeu 58 ocorrências. Importante destacar que a cada 10 vítimas, seis são mulheres.

Mãe Suellen relata que, com frequência, homens de outras religiões (geralmente brancos e com aparência de ter acima dos 50 anos) ficam na porta do terreiro aos berros, dizendo que ali são desenvolvidas práticas demoníacas. “Já chegaram a tirar à força os frequentadores do terreiro”, complementa. Em sua opinião, a formalização dos terreiros é uma forma de proteção contra a intolerância. “Quando eu digo aos



agressores que conheço os meus direitos e irei processá-los, eles recuam”, pontua.

Na contramão da intolerância, foi criado, em 2007, o Dia de Combate à Intolerância Religiosa, celebrado em 21 de janeiro. A data foi escolhida para homenagear a baiana Gildásia dos Santos, conhecida como Mãe Gilda. A ialorixá – mãe de santo da comunidade – teve seu estado de saúde agravado por um acidente vascular cerebral (AVC) e faleceu, em 2000, após ver uma foto sua estampada em um jornal de uma igreja, chamando-a de charlatã. Ela fundou, em 1988, o terreiro de candomblé *Ilé Axé Abassá de Ogum*, em Salvador (BA). Além de liderança religiosa, Mãe Gilda também era ativista social e lutava por melhorias em sua comunidade, no bairro Nova Brasília de Itapuã.

LAROYÊ!

Independentes e seguras, as Pombagiras são entidades da Umbanda e do Candomblé que contestam estereótipos de gêneros e simbolizam a negação das regras impostas às mulheres pela sociedade machista e patriarcal. Sensuais, elas são um exemplo de autonomia dos corpos femininos. Se você já foi a algum terreiro, com certeza já se impressionou com as gargalhadas de uma “moça”.

Feiticeiras e sábias, as pombagiras povoam o imaginário de muitas pessoas. Elas abarcam diferentes ascendências, combinando imagens de femininos subversivos. Por esses motivos, ainda são muitas as difamações a seu respeito.

“Dentro dos trabalhos espirituais eu trago a conscientização sobre a força das Pombagiras. Livres, historicamente elas empoderam mulheres, trabalham com o amor próprio. Nas incorporações de Pombagira, que também podem acontecer em homens, descobrimos quem realmente somos. Aprendo muito com as moças do terreiro”, conclui Mãe Suellen. •



A POMBAGIRA É A ENTIDADE QUE REPRESENTA TODA A FORÇA, O EMPODERAMENTO E O AMOR PRÓPRIO DAS MULHERES. “LAROYÊ!” É UMA FORMA DE SAUDAÇÃO A ESSA ENTIDADE. A ILUSTRAÇÃO REPRESENTA A POMBAGIRA ROSA NEGRA.



ativismo feminista, preto e periférico

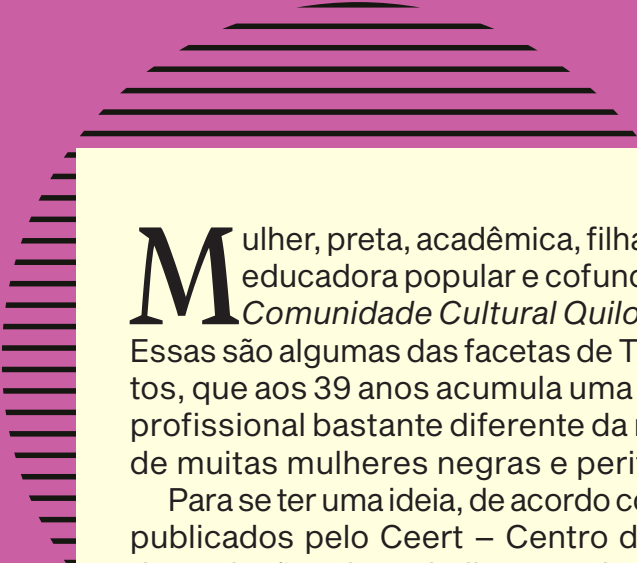
Texto: Sheila Moreira

DE TUDO, UM POUCO. ESSA É A MELHOR DEFINIÇÃO PARA REPRESENTAR TODAS AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA EDUCADORA POPULAR THAÍS SANTOS, QUE HOJE COORDENA UM CURSINHO PRÉ-VESTIBULAR EM PERUS.

Thaís Santos | Acervo pessoal



Dona Cida (avó),
Thaís e Márcia (mãe).



Mulher, preta, acadêmica, filha, ativista, educadora popular e cofundadora da *Comunidade Cultural Quilombaque*. Essas são algumas das facetas de Thaís Santos, que aos 39 anos acumula uma trajetória profissional bastante diferente da realidade de muitas mulheres negras e periféricas.

Para se ter uma ideia, de acordo com dados publicados pelo Ceert – Centro de Estudo das Relações de Trabalho e Desigualdades, em março deste ano, 41,5% das mulheres negras estavam subutilizadas no mercado de trabalho no fim de 2021. No mesmo período, a subutilização entre os homens brancos era de cerca de 18%. A taxa de subutilização abrange pessoas desocupadas, subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas e a força de trabalho potencial.

Formada em Química, Thaís está fazendo doutorado em Bioenergia pela UNESP – Universidade Estadual Paulista. Como educadora popular e coordenadora de núcleo de cursinhos populares na Uneafro Brasil – União de Núcleos de Educação Popular para Negras/os e Classe Trabalhadora¹, utiliza as suas vivências e o seu conhecimento para conscientizar, incentivar e empoderar pessoas negras e periféricas, na busca de igualdade e justiça social.

Atualmente, ela também é conselheira da organização WWF Brasil², que trabalha para mudar a atual trajetória de degradação ambiental e promover um futuro mais justo e saudável para todos. Tata, como é conhecida, é uma importante interlocutora entre

movimentos ambientalistas e o movimento negro. Como integrante da comitiva da *Co-alizão Negra por Direitos*³, participou, em 2021, de incidências políticas denunciando o racismo ambiental, e da COP 27 (Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas), realizada em 2022 no Egito.

Embora tenha passado a sua infância no Jabaquara, na zona Sul de São Paulo, Thaís é cria de Perus. A mudança da zona Sul para a Vila Sulina (à margem da rodovia Anhanguera) aconteceu na década de 1990, durante a Era Collor⁴, quando pagar aluguel se tornou algo muito difícil por conta da inflação cada vez mais crescente.

MULHERES NO FRONT, SEMPRE

A migração da família materna de Tata, de Muriaé (MG) para São Paulo, aconteceu em 1970, pouco tempo após o seu avô romper uma sociedade (ele tinha um caminhão) e se tornar motorista de ônibus na empresa Paratodos. Foi nesta época também que seu Alvinho Roque dos Santos, conhecido como pai Jacó, comprou um terreno na Noroeste. Porém, ainda adolescentes, as filhas Márcia e Marília (Márcia de Souza Santos Silva e Marília Santos Lopes, respectivamente, mãe e tia de Tata) não quiseram sair do Jabaquara, local em que a família vivia. Com a aposentadoria do avô, na década de 1990, a família precisou se mudar.

Durante as obras no terreno na Vila Su-

¹ Movimento pela defesa da educação popular decolonial, diversa e em prol da igualdade de oportunidades e justiça racial.

² Criada em 1996, integra a Rede WWF (Fundo Mundial para a Natureza) em mais de 100 países.

³ Organização em prol do movimento negro no Brasil.

⁴ Governo de Fernando Collor de Mello, presidente do Brasil de 1990 a 1992 (ano de sua renúncia).



Os educadores Thaís Santos e Douglas Belchior durante a 27ª edição da Conferência do Clima (COP 27), no Egito.

lina, em 1992, seu Alvino faleceu. “A minha referência masculina na infância foi meu avô”, comenta Thaís, que se orgulha de pertencer a uma família composta majoritariamente por “mulheres independentes e fortes”. Sua mãe, Márcia, ficou viúva muito cedo, aos 24 anos. “Eu tinha oito meses e ela estava grávida da Thássia (Thássia Santos Silva), minha irmã”, conta. Um acidente de carro tirou precocemente a vida de seu pai, Osvaldo Oliveira Silva, e, diante do inesperado, Márcia reuniu forças para garantir o sustento e a educação de suas meninas com o suporte dos pais, Cida (Maria Aparecida de Souza Santos) e Alvino.

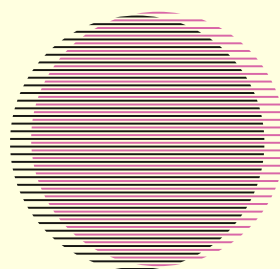
Thaís relembra que teve a infância e a adolescência bem tranquilas na Vila Sulina. “Uma vila pequena, né? São cinco ruas sem saída, então todo mundo conhecia a minha avó Cida, sempre muito ativa nas pastorais da igreja católica como ministra da eucaristia. Foi esse engajamento social da minha vó que me estruturou nas ações para o bem viver coletivo”, complementa. Por meio de Dona Cida e da proximidade com Centro Pastoral Santa Fé – que, na época, promovia um cursinho pré-vestibular – ela, sua irmã (Thássia) e sua prima Priscila (Priscila Santos Lopes) acessaram universidades com bolsa integral.

MINA DE ATITUDE

Ao passar para o ensino médio, Thaís foi estudar na E.E Brigadeiro Gavião Peixoto, em Perus, e fez novas amizades. Nesta época, por volta de 1998, Rodrigo Santos Lopes – seu primo mais velho que sempre gostou muito de rap – era a sua única referência musical. “Quando eu cheguei em Perus, tinha um mundo de gente que também gostava de rap e era engajada no movimento Hip Hop, e aí a minha identificação foi maior”, diz a Tata. Por conta do seu círculo de amizades, ela se aproximou muito do rap e, em 2000, fez parte de um grupo formado somente por mulheres, Minas de Atitude (MDA).

Nessa época Thaís frequentava muito a casa de seu melhor amigo Clevinho (Clevison Ferreira), irmão mais velho dos gêmeos Fofão e Dedê⁵. “Passávamos as tardes jogando vídeo game, escutando rap, e assistindo o Yo! MTV Raps⁶. Quase ninguém tinha MTV em casa! Outra coisa, quem ia para a Galeria e comprava vinis e revistas de rap, levava na casa dos meninos para compartilhar. Esse já era o embrião da *Quilombaque*”, explica.

Com entusiasmo, ela conta que tinha um caderno em que escrevia as letras de rap:



“Eu gravava as músicas quando tocava na rádio e ficava dando play e pause, escrevendo as letras pra entender, treinar e depois cantar certinho. Isso me alfabetizou de uma maneira legítima, eu aprendia palavras novas, buscava os significados, nomes de livros e militantes citados nas letras, como Angela Davis, Malcolm X, Steve Biko, Lélia Gonzalez. Meu letramento social e racial foi construído através do Hip Hop, não foi incentivado na escola formal. O rap é o que me salva até hoje”, diz orgulhosa.

⁵ Os irmãos Cleiton e Clébio Ferreira, respectivamente, cofundadores da *Comunidade Cultural Quilombaque*.

⁶ Extinto programa da MTV.

⁷ Galeria do Rock, no Centro de São Paulo.

MACHISMO E COLETIVIDADE MISTA

Desde o início das atividades da *Comunidade Cultural Quilombaque*, em 2005, Tata já assumiu diversas funções. Hoje, faz a gestão financeira da associação e é coordenadora do cursinho preparatório para o vestibular, que para ela é “a cereja do bolo”.

Ela destaca que, durante a sua trajetória, muitas vezes o seu lugar dentro do coletivo foi questionado. “É importante falar sobre o lugar das mulheres em um coletivo misto. Nas relações em redes com projetos semelhantes ao nosso ou com visitantes, minha presença foi interrogada. ‘Você é a namorada de quem?’. Então, o que parece bobeira para qualquer pessoa, não passava despercebido para mim. Isso questionava o meu lugar de militante e o meu pertencimento àquele lugar. Eu não precisaria estar namorando alguém para integrar um coletivo. Estou ali pelas minhas atividades e ideais. Sou uma mulher posturada que tem autonomia na voz”, desabafa.

Em sua opinião, essa abordagem é extremamente machista, já que mulheres não precisam da legitimação de homens para integrar coletivos. “Infelizmente, isso ainda é um problema estrutural nos nossos movimentos. Por isso, coletivos como o *Centro de Memória Queixadas* e o *Mulheres no Front*, formado apenas por mulheres, são espaços seguros de acolhida e tão importantes”, diz Tata. Ela também cita outras mulheres que hoje compõem a gestão compartilhada da *Quilombaque*: Jana (Janice Albuquerque), Pri Rezende e Camila Cardoso. “Precisamos integrar os coletivos mistos também para avançarmos

“
PRECISAMOS INTEGRAR OS
COLETIVOS MISTOS TAMBÉM
PARA AVANÇARMOS
NAS CONSTRUÇÕES DAS
RELAÇÕES DE GÊNERO
RESPEITOSAS E SAUDÁVEIS.

nas construções das relações de gênero respeitadas e saudáveis”, argumenta.

De acordo com a educadora popular, na Quilombaque todos circulam em diferentes funções, em uma relação horizontalizada. “O mestre José Soró falava muito sobre isso, que o coletivo não pode ser personificado em um rosto único, afinal existe um trabalho conjunto do grupo. Soró é fundamental até hoje para guiar nossos passos e orquestrar nossas ações”, destaca.

⁸ Falecido aos 55 anos, em outubro de 2019, o articulador cultural José Soró foi um dos principais agentes no processo de construção do território de cultura da região Noroeste da cidade de São Paulo. Atuou na *Comunidade Cultural Quilombaque* e foi um dos idealizadores do movimento de ocupações culturais no bairro de Perus. Desde 2014, Soró esteve envolvido no fortalecimento do Território de Interesse da Cultura e da Paisagem Jaraguá-Perus (TICP), instrumento urbanístico aprovado no Plano Diretor da cidade de São Paulo.



Thaís Santos e Eliete Paraguassu, representantes da Coalizão Negra por Direitos em manifestações no dia Mundial de Ação pela Justiça Climática, em Paris, durante a COP 26.

AMBIENTALISMO E MOVIMENTO NEGRO

Diante do desgoverno do ex-presidente Jair Bolsonaro, a Coalizão Negra por Direitos decidiu denunciar o racismo ambiental nas conferências mundiais de tomadas de decisões. Thaís integrou a comitiva que circulou pela Europa (Paris, Madri, Munique e Berlim) durante a COP 26. Realizou marchas e debates públicos para dar visibilidade às violações humanitárias que acontecem em territórios quilombolas e periferias brasileiras com o avanço das mudanças climáticas.

“O Movimento Negro tinha que estar ali. É milenar a relação de respeito e integridade que os povos africanos e seus descendentes em diáspora têm com a natureza. Nossa cosmovisão difere muito das relações exploratórias vigentes. Então, nos organizamos em coalizão para impor nossa presença nas tomadas de decisão sobre essas pautas

que vulnerabilizam e matam principalmente nossos pares”, relata ao **Mulheres no Front**.

A ativista também integrou a comitiva da Coalizão negra por direitos na COP 27 (Egito) ao lado de referências como Nilma Bentes, Dulce Pereira e Douglas Belchior. Além disso, há dois anos integra o conselho deliberativo do WWF Brasil, que passou a ser mais diverso com a sua chegada e a de Txai Suruí, primeiras mulheres, respectivamente negra e indígena, no conselho, desde a sua fundação. “Não é uma diversidade ilustrativa, a gente fala mesmo e eles estão disponíveis para a escuta e adequações necessárias para avançarmos juntos”, finaliza. .

plano museológico do centro de memória queixadas: uma abordagem coletiva feminina

Texto: Carla Grião

O Plano Museológico é uma ferramenta essencial de gestão museológica, cuja importância é respaldada pela Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que instituiu o Estatuto de Museus.

Quando este instrumento foi idealizado para o *Centro de Memória Queixadas*, (CMQ) buscou-se refletir sobre a importância do contato entre as mulheres gestoras na realização desse projeto e eu, como museóloga neste processo. Por meio de um trabalho coletivo, valorizando a diversidade de perspectivas e experiências, conseguimos elaborar um plano abrangente, inclusivo e alinhado com as necessidades da instituição, da equipe e da comunidade.

A participação ativa das gestoras e a troca constante de ideias resultaram em um trabalho que representa a essência do *Centro de Memória Queixadas* e que tem

o potencial de impactar positivamente a memória e o futuro da instituição.

A elaboração do Plano Museológico foi conduzida de forma colaborativa, com o envolvimento ativo de todas as mulheres gestoras do *Centro de Memória Queixadas*. E antes mesmo de iniciar a elaboração do Plano Museológico, foi fundamental promover uma reflexão profunda e uma análise minuciosa do CMQ, do público e da equipe com suas perspectivas únicas e complementares. Valorizamos não apenas as contribuições individuais, mas também a sinergia gerada pelo trabalho conjunto. O contato e a troca de ideias entre nós permitiram uma compreensão mais abrangente das necessidades e aspirações do *Centro de Memória Queixadas*.

Além do trabalho colaborativo entre as mulheres gestoras, foi importante buscar

referências externas para enriquecer o processo de elaboração do Plano Museológico. Realizamos visitas técnicas a espaços museológicos semelhantes, buscamos informações sobre práticas e tendências na área museológica, e nos mantivemos atualizadas sobre os avanços e discussões no campo.

Por meio da dinâmica de trabalho horizontal, valorizando a igualdade de voz e a participação de todas, esse contato contínuo entre nós permitiu a construção de documento de gestão que reflete a diversidade de nossas perspectivas e conhecimentos.

A abordagem coletiva adotada teve como base também a promoção da participação e da inclusão pois reconhecemos a importância de envolver diferentes públicos, captar suas perspectivas e necessidades, e garantir que todos se sintam representados e acolhidos no *Centro de Memória Queixadas*.

É importante também, no processo de elaboração do Plano Museológico, compreender que a construção de ações museológicas vai além das estruturas físicas e do acervo, englobando a dimensão humana e emocional de todos os envolvidos. Neste sentido, por meio de estratégias inclusivas, como o Desenho Universal para Aprendizagem, por exemplo, buscamos pensar em ferramentas, atitudes e os espaços mais acessíveis, de forma a atender às demandas de públicos diversos.

A participação ativa das mulheres gestoras foi fundamental para aprofundar a compreensão do que é o *Centro de Memória Queixadas* e estabelecer uma percepção dos desejos e vontades futuros do espaço, pois essa abordagem coletiva e o diálogo constante nos permitiram pensar de forma

criativa e adaptável todos os processos. Por meio de um diálogo aberto e respeitoso, então, exploramos as potencialidades e desafios da instituição, compartilhando experiências e conhecimentos. Esse contato constante permitiu uma compreensão mais ampla das necessidades do público e das demandas da comunidade, direcionando nossos esforços para o desenvolvimento de um plano inclusivo e abrangente.

O trabalho coletivo resultou em uma contribuição significativa para a preservação da memória do *Centro de Memória Queixadas* e para o planejamento de seu futuro. Ao unir nossas habilidades e experiências, estabelecemos diretrizes e metas realistas, capazes de impulsionar o crescimento e a relevância contínua da instituição.

O Plano Museológico do *Centro de Memória Queixadas* é fruto desta abordagem coletiva feminina, da participação ativa das mulheres gestoras, é uma conquista significativa para a instituição.

Essa experiência pode inspirar não apenas outras iniciativas museológicas no que diz respeito à importância da diversidade e do trabalho conjunto na construção de projetos sólidos e inclusivos, mas à toda a sociedade, destacando o potencial transformador que surge quando mulheres se unem em busca de um objetivo comum. .





